EDITAL

PREGÃO

ELETRÔNICO

SO/Nº 069/2.026

Avenida Vinte e Seis de Março, 1057 - Jardim São Pedro - Centro
CEP: 06401-050 - Barueri/SP
sec.obras@barueri.sp.gov.br
(11) 4199-1900

Pág. 1 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

MUNICÍPIO DE BARUERI

SECRETARIA DE OBRAS

COORDENADORIA TÉCNICA DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SO/Nº 069/2.026

1. PREÂMBULO

1.1. Tornamos público a quem possa interessar que, por determinação do Sr. Secretário de Obras, a Coordenadoria Técnica de licitações realizará, por intermédio do sistema eletrônico de compras denominado Portal de Compras Eletrônicas da Prefeitura de Barueri, com utilização de recursos de tecnologia da informação, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS SO/Nº 069/2.026**, tendo como objeto: **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, COMPREENDENDO FORNECIMENTO, MONTAGEM, OPERAÇÃO, SUPORTE OPERACIONAL E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS NOS PRÓPRIOS PÚBLICOS ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DE ESPORTES OU EM ESPAÇOS PRIVADOS, EM EVENTOS E ATIVIDADES DE ÂMBITO ESPORTIVO, RELACIONADAS À SUA ATIVIDADE FIM E DE FOMENTO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESPORTE**, conforme exigências, quantidades estimadas e demais especificações contidas no presente Edital e seus Anexos.

1.2. Secretaria Interessada: **SECRETARIA DE ESPORTES.**

1.3. Pregoeiro (a): **FERNANDO COSTA DA SILVA.**

1.4. Endereço eletrônico (site) do Portal de Compras Eletrônicas da Prefeitura de Barueri: **https://compras.barueri.sp.gov.br** ou http://www.barueri.sp.gov.br.

1.4.1. Endereço da Coordenadoria Técnica de licitações /Obras Av. Vinte e Seis de Março, 1057 - Centro, Barueri – SP, CEP: 06401-050.

1.5. Período para apresentação das propostas de: **16/11/2.026** até às **08:59** horas do dia **03/12/2.026**.

1.6. Data de abertura da sessão pública: **03/12/2.026** às **09:00** horas.

1.7. Será adotado nesta licitação o **MODO DE DISPUTA ABERTO**.

1.8. Critério de julgamento: **MENOR PREÇO GLOBAL**.

1.9. Regime de execução: **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.**

1.10. Condições para execução dos serviços: **Conforme item 26** do Edital.

1.11. Condição de Pagamento: **Conforme item 27** do Edital.

As Propostas deverão obedecer às especificações e exigências deste instrumento convocatório e Anexos, que dele fazem parte integrante.

Pág. 2 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

2. <u>DISPOSIÇÕES PRELIMINARES</u>

2.1. Esta licitação e a contratação dela decorrente subordinam-se às disposições da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal n.º 9.787, de 12 de abril de 2023, do Decreto Municipal n.º 9.969, de 15 de abril de 2024, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, bem como pelas normas do presente Edital e seus Anexos.

2.2. A Sessão Pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico https://compras.barueri.sp.gov.br, por meio da INTERNET, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital.

2.3. Os trabalhos serão conduzidos por funcionário do Município de Barueri, sendo que este agente responsável pela condução do certame é denominado (a) Pregoeiro (a) com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema.

3. <u>DO OBJETO</u>

3.1. A presente licitação tem por **OBJETO**: **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, COMPREENDENDO FORNECIMENTO, MONTAGEM, OPERAÇÃO, SUPORTE OPERACIONAL E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS NOS PRÓPRIOS PÚBLICOS ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DE ESPORTES OU EM ESPAÇOS PRIVADOS, EM EVENTOS E ATIVIDADES DE ÂMBITO ESPORTIVO, RELACIONADAS À SUA ATIVIDADE FIM E DE FOMENTO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESPORTE**, que atendam aos requisitos mínimos a seguir especificados, bem como àqueles constantes do Edital e seus Anexos.

3.1.1. ITENS

3.1.1.1. Conforme planilha de quantidades máximas e mínimas (**Anexo XV**).

4. <u>DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS</u>

4.1. O Sistema de Registro de Preços é regulamentado pelo Decreto Municipal nº 9.787/2023.

4.2. A existência de preços efetivamente registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

4.3. As contratações com os fornecedores registrados serão formalizadas por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 89 do Decreto Municipal n.º 9.787, de 12 de abril de 2023.

4.4. A Ata de Registro de Preços e o (s) eventual (is) contrato (s) será (ão) obrigatoriamente publicado (s), nos moldes do que dispõe a legislação municipal em comento.

Pág. 3 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

5. DA PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

5.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados **do ramo de atividade pertinente ao objeto da licitação**, autorizadas na forma da lei, que preencherem as condições de habilitação constantes deste Edital, que possuírem Cadastro on-line no Portal de Compras Eletrônicas da Prefeitura de Barueri, endereço eletrônico https://compras.barueri.sp.gov.br, e estiverem devidamente credenciadas conforme Decreto Municipal Nº 9.969, de 15 de abril de 2024.

5.1.1. Conforme Art. 7º do Decreto Municipal Nº 9.969, de 15 de abril de 2024, os documentos necessários podem ser apresentados por cópias digitalizadas de acordo com o decreto Federal nº 10.278, de 18 de março de 2020, com exceção das certidões e documentos passíveis de obtenção e verificação nos "sites" dos órgãos expedidores na internet, através do e-mail obras.cadastro@barueri.sp.gov.br, quando for o caso.

5.1.2. QUANTO AO PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO:

5.1.2.1. Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e inexistência de qualquer fato impeditivo de participação deverá ser apresentada, de acordo com o modelo sugerido no Anexo IV deste Edital.

5.1.2.2. QUANTO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

5.1.2.2.1. Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte, visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar n° 123/06 com as alterações da Lei 147/2014, que deverá ser feita preferencialmente de acordo com o modelo sugerido no **Anexo V,** deste Edital, e apresentada junto aos documentos de Habilitação.

5.2. Para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

5.3. Os interessados obterão informações sobre como se inscrever no site da Prefeitura Municipal de Barueri, no endereço: www.barueri.sp.gov.br, opção serviços on-line - licitações, e o Cadastro on-line deverá ser realizado no Portal de Compras Eletrônicas da Prefeitura de Barueri, no endereço: https://compras.barueri.sp.gov.br.

5.4. Estará apto a operar o Pregão no Portal de Compras Eletrônicas da Prefeitura de Barueri o interessado que se inscrever regularmente, credenciar 01 (um) representante e obtiver a senha de acesso ao Sistema.

5.5. O uso da senha é de responsabilidade exclusiva do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente por ele ou por seu credenciado, não cabendo à Administração responsabilidade por eventuais danos decorrentes de seu uso indevido, ainda que por terceiros.

5.6. Não será permitida a participação de licitantes enquadradas em quaisquer das hipóteses previstas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, **além de:**

Pág. 4 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

5.6.1. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme Termo de Referência (**Anexo XIII**).

5.6.2. De interessados cuja falência tenha sido decretada, ou em processo de falência ou liquidação;

5.6.3. Também não será permitida a participação, nesta licitação, daquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3° (terceiro) grau.

5.6.4. De agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria e do §1°, art. 9° da Lei n° 14.133/2021.

5.7. Ao acessar o sistema eletrônico utilizando-se da senha que lhe permitirá participar desta licitação, o licitante deverá assinalar as seguintes declarações, sob as penalidades da lei:

a) inexiste qualquer fato superveniente ao seu cadastro on-line e credenciamento que o impeça de contratar com a Administração;

b) atende às exigências de habilitação previstas neste Edital, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

c) encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7° da Constituição Federal;

d) para o caso de empresas em recuperação judicial: estar ciente de que, no momento da assinatura do contrato, deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

e) para o caso de empresas em recuperação extrajudicial: estar ciente de que, no momento da assinatura do contrato, deverá apresentar comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas;

f) que a empresa não possui quaisquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, cujos termos conhece na íntegra.

5.8. O credenciamento atribuirá poderes para oferecer propostas e documentos necessários para a habilitação, formular lances, negociar, recorrer e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Pág. 5 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

5.9. A apresentação das propostas dar-se-á por meio da internet, no endereço eletrônico do Portal de Compras Eletrônicas da Prefeitura de Barueri, https://compras.barueri.sp.gov.br, sendo estas criptografadas automaticamente pelo sistema e mantidas em sigilo até a respectiva abertura.

5.9.1. Os documentos de habilitação serão exigidos exclusivamente do licitante melhor classificado, após as fases de julgamento e negociação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.10. Para o exercício do direito de preferência previsto na Lei Complementar n.º 123/2006, a condição de microempresa (ME) ou de empresa de pequeno porte (EPP) deverá constar do credenciamento da licitante junto à Secretaria de Obras, conforme determina o Decreto Municipal Nº 9.969, de 15 de abril de 2024 vigente, comprometendo-se, caso venha a vencer o certame utilizando-se do benefício, a apresentar certidão que ateste o seu enquadramento expedido pela Junta Comercial ou, alternativamente, documento gerado pela Receita Federal, por intermédio de consulta realizada no sítio www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional, podendo ser confrontado com as peças contábeis apresentadas ao certame licitatório, quando solicitado.

5.11. A declaração falsa de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte implicará na sua inabilitação, desclassificação e/ou afastamento imediato da licitação, quando a falsidade for constatada no curso do certame, assegurando-se o direito de defesa à licitante, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

6. DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes deverão encaminhar eletronicamente, no endereço e no prazo fixados no preâmbulo deste Edital, a proposta de preços com a descrição do objeto ofertado e o preço, acompanhada obrigatoriamente dos documentos exigidos no **subitem 6.9**, alíneas "a" a "g". O licitante será integralmente responsável por todas as transações efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes, irretratáveis e verdadeiras suas propostas e lances.

6.2. Os licitantes deverão preencher corretamente todos os campos solicitados na proposta, tais como: preço unitário de cada item ofertado, bem como o valor total da proposta, em moeda corrente nacional.

6.3. Conforme o objeto a ser licitado, o sistema apresentará automaticamente os respectivos campos que trata o **subitem 6.2.**

6.4. Preço da unidade de fornecimento, expresso em Reais, com até 02 (duas) casas decimais.

6.5. O preço ofertado deverá ser fixo e irreajustável, com validade de 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura das propostas, podendo ser prorrogado por acordo das partes, incluindo, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transporte, frete, pedágio, tributos de qualquer natureza e todas as despesas diretas ou indiretas, ora relacionadas ao fornecimento do objeto da presente licitação.

Pág. 6 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

6.6. O comprovante de constituição da GARANTIA DE PROPOSTA deverá integrar o ANEXO DA PROPOSTA, disponível no sistema, no momento do envio das propostas.

6.7. Será desclassificada a licitante que se identificar através da Proposta, da Garantia, de seus anexos e demais documentações apresentadas na fase da proposta comercial.

6.8. Os documentos de habilitação do licitante melhor classificado serão exigidos exclusivamente após o encerramento das fases de apresentação de propostas, lances, julgamento e negociação, para fins de análise pelo(a) Pregoeiro(a), nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.8.1. Os documentos de habilitação previstos no **item 10** deste Edital deverão ser enviados por meio do Sistema Eletrônico, em formato digital, no prazo de até **60 (sessenta) minutos**, contados da solicitação do(a) Pregoeiro(a), podendo ser prorrogado por igual período, desde que justificado.

6.9. DEVERÃO ESTAR CONSIGNADOS NA PROPOSTA:

a) carta proposta, conforme **Anexo IX**;

b) planilha orçamentária, conforme **Anexo XII**;

c) os licitantes deverão preencher corretamente todos os campos solicitados na proposta, tais como: preço unitário de cada item ofertado, bem como o valor total da proposta, em moeda corrente nacional.

d) o preço ofertado deverá ser fixo e irreajustável, com validade de 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura das propostas, podendo ser prorrogado por acordo das partes, incluindo, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transporte, frete, pedágio, tributos de qualquer natureza e todas as despesas diretas ou indiretas, ora relacionadas ao fornecimento do objeto da presente licitação.

d.1) o preço deverá ser apresentado com precisão de 02 (duas) casas decimais após a vírgula;

d.2) para as licitantes que fizerem lances, será considerada o último valor ofertado, e a redução alcançará todos os valores apresentados na Proposta;

e) condições para execução dos serviços: conforme **item 26** do Edital;

f) condições de pagamento: conforme **item 27** do Edital

g) o comprovante de constituição da GARANTIA DE PROPOSTA;

6.10. A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI não considerará Proposta comercial com valor global ou qualquer preço unitário superior àqueles constantes do orçamento referencial, exceto em caso de constatação de erro material, a exemplo de erro de digitação e/ou aritmético objetivamente verificável, conforme recomendado pelo Tribunal de Contas da União – TCU, o qual deverá ser comprovado pela licitante.

Pág. 7 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

6.10.1. Quando da inexistência de erro material ou outro, não poderá a licitante alegar formalismo excessivo em caso de desclassificação, **na medida em que se encontra ciente das regras fixadas neste instrumento convocatório, responsabilizando-se pela regular formulação dos documentos**.

6.11. A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI reserva-se o direito de corrigir eventuais divergências verificadas na aplicação dos critérios acima, de forma a definir o valor final da Proposta, bem como de promover diligências para sanar eventuais dúvidas e/ou providenciar complementação tempestiva a dados e informações implícitas.

6.12. No momento da apresentação da proposta, o licitante deverá comprovar o recolheimentos da garantia de proposta.

6.13. Antes de iniciada a fase de lances, será verificada, pelo(a) Pregoeiro (a), a apresentação da garantia de Proposta quando prestada nas modalidades seguro-garantia ou fiança bancária, **devendo o respectivo instrumento deixar explícita** a cobertura integral da Proposta, inclusive quanto ao pagamento imediato, à Prefeitura, das penalidades moratórias e/ou punitivas aplicadas à Licitante. Os pagamentos decorrentes não caracterizarão reposição de despesas e serão devidos pela Seguradora ou pelo Fiador sempre que resultar infrutífera a intimação administrativa ou extrajudicial feita à Licitante inadimplente, sem necessidade de qualquer outra interpelação.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS

7.1. No dia e no horário previstos neste edital, o (a) pregoeiro (a) dará início à sessão pública do pregão eletrônico, com a automática abertura das propostas e a sua divulgação pelo sistema, na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços, na qual os licitantes serão identificados por meio de números atribuídos aleatoriamente pelo Sistema.

7.1.1. As propostas comerciais serão julgadas pelos valores globais ofertados, que terão como limite o custo global orçado e a Planilha de Custos Unitários e Totais de obras e/ou serviços da Prefeitura Municipal de Barueri, que é de **R$ 1.099.446,41 (um milhão, noventa e nove mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e quarenta e um centavos).**

7.2. Em seguida, o (a) Pregoeiro (a) analisará as propostas, sendo desclassificadas aquelas cujo objeto não atenda às especificações e condições fixados neste Edital e seus Anexos, conforme art. 4º do Decreto Municipal nº 9.787/2023.

7.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.3. Encerrada a análise das propostas, com a justificativa das desclassificações ocorridas, será divulgada, por intermédio do sistema, nova grade ordenatória de propostas, contendo a informação das classificadas e desclassificadas.

8. DA ETAPA DE LANCE DE NEGOCIAÇÃO E DE ACEITABILIDADE DO PREÇO

8.1. Divulgada a grade das propostas analisadas, o (a) pregoeiro (a) iniciará a realização da etapa de lances, com a participação de todos os licitantes detentores de propostas classificadas, sendo adotado o modo de disputa **aberto**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

Pág. 8 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

8.1.1. O intervalo mínimo da diferença dos lances ofertados, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, poderá ser disciplinado durante a sessão, a critério do (a) Pregoeiro (a), quando os lances estiverem sendo ofertados de maneira inexpressiva.

8.2. A formulação de lances será efetuada, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.

8.3. Os licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, podendo ser desclassificado pelo (a) Pregoeiro (a) aquele considerado inexequível.

8.3.1. Não serão aceitos 02 (dois) ou mais lances de mesmo valor, preservando aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.4. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 05 (cinco) minutos.

8.4.1. Após encerramento do prazo estabelecido no **subitem 8.4**, dar-se-á início ao período randômico de até 05 (cinco) minutos, no qual o sistema irá encerrar automaticamente e aleatoriamente a etapa de lances, hipótese em que não há qualquer interferência do Pregoeiro.

8.5. Encerrada a etapa do **subitem 8.4.** ou do **subitem 8.6**, o sistema irá apurar a existência de empate, conforme determina a Lei Complementar nº 123/2006.

8.5.1. Com base na classificação que alude o **subitem 8.5**, será assegurado o direito de preferência às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) que preencham as condições estabelecidas na Lei Complementar n.º 123/2006 e que tenham providenciado o estabelecido no **subitem 5.10**.

8.5.2. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela Microempresa (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

8.5.3. A Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), cuja proposta for mais bem classificada, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada da fase de lances, situação em que será declarada a melhor oferta.

8.5.4. Para tanto, será convocada para exercer o seu direito de preferência e apresentar nova proposta, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, a contar da convocação do sistema eletrônico, sob pena de preclusão.

8.5.5. Não havendo a apresentação de novo preço, inferior à proposta melhor classificada, será convocada, para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais Microempresas, as Empresas de Pequeno Porte que preencham as condições estabelecidas no **subitem 8.5.1.**

8.5.6. Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o subitem **8.5.1,** seja Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) que preencha as condições estabelecidas na Lei Complementar n.º 123/2006, não será assegurado o direito de preferência a outras licitantes, passando-se, desde logo, à negociação do preço.

Pág. 9 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

8.6. Encerrada a etapa de envio de lances, o (a) Pregoeiro (a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital, sendo esta negociação acompanhada pelos demais licitantes.

8.7. No decorrer da etapa de lances, os licitantes serão informados pelo sistema eletrônico:

a) dos lances admitidos, horário de seu registro no sistema e respectivos valores;

b) do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.

8.8. Durante o transcurso da Sessão Pública, ficará disponível a funcionalidade de troca de mensagens abertas entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes, sendo estas divulgadas no chat do sistema, vedada a identificação do licitante.

8.9. Encerrada a etapa de negociação, o (a) pregoeiro (a) verificará a conformidade do menor preço obtido – seja na negociação, nos lances ou nas propostas, conforme o caso – com o preço referencial, decidindo, motivadamente, pela sua aceitabilidade ou não.

8.10. Considera-se inexequível a proposta de preços que apresente preço simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatível com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preços, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a empresa comprove documentalmente a exequibilidade da proposta de preços.

8.11.1. Tratando-se de **OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA**, observar-se-á o disposto no art.59, §§ 3º a 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021, quanto à aferição da exequibilidade das propostas, à realização de diligências e à exigência de garantia adicional, quando cabíveis.

8.12. O licitante poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema, e também lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado na Plataforma Eletrônica.

9. GARANTIA DE PROPOSTA

9.1. No momento da apresentação da proposta, o licitante deverá comprovar o recolhimento da garantia de proposta.

9.2. Antes de iniciada a fase de lances, será verificada, pelo (a) Pregoeiro (a), a apresentação da GARANTIA DE PROPOSTA descrita no item acima, no valor estipulado de **1,0 % (um por cento),** sobre o valor da licitação, sendo: **R$ 10.994,46 (dez mil, novecentos e noventa e quatro reais e quarenta e seis centavos).**

Pág. 10 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

9.2.1. Os LICITANTES que não apresentarem a GARANTIA DE PROPOSTA nas condições estabelecidas neste EDITAL serão desclassificados e estarão impedidos de prosseguir na LICITAÇÃO.

9.2.2. A GARANTIA DE PROPOSTA poderá ser apresentada mediante as seguintes modalidades:

a) caução em dinheiro, em moeda nacional, depositada em conta corrente do Município de Barueri, apresentando-se o comprovante de depósito;

b) caução em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia e não gravados com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, nem adquiridos compulsoriamente;

c) seguro-garantia, fornecido por companhia seguradora nacional ou estrangeira autorizada a funcionar no Brasil, com a apresentação da respectiva certidão vigente de regularidade da SUSEP;

d) fiança bancária, fornecida por banco ou instituição financeira nacional ou estrangeira devidamente autorizada a funcionar no país pelo Banco Central do Brasil;

e) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

9.2.3. Para a realização da garantia na modalidade caução em dinheiro, no valor estipulado no **subitem 9.2.,** a licitante deverá recolher o valor correspondente junto ao **Banco do Brasil - Agência - 1529-6 Conta 100026-8**, informando o número do processo licitatório a que se destina.

9.3. No caso de a garantia ser prestada na modalidade caução em títulos da dívida pública, o documento de constituição da caução deverá ser datado e assinado pela instituição financeira na qual estejam depositados os títulos a serem oferecidos em garantia, dele devendo constar que:

a) os referidos títulos, claramente identificados, ficarão caucionados em favor do Município, como garantia de manutenção da PROPOSTA COMERCIAL do LICITANTE relativa a este EDITAL;

b) o Município poderá executar a caução nas condições previstas no EDITAL.

9.4. GARANTIAS DE PROPOSTA apresentadas nas modalidades seguro-garantia e fiança bancária deverão ser apresentadas com o seu valor expresso em moeda corrente nacional, contendo a assinatura dos administradores da entidade emitente, com a comprovação dos respectivos poderes de representação.

9.5. As GARANTIAS DE PROPOSTA apresentadas na modalidade seguro-garantia deverão seguir o disposto na Circular SUSEP nº 662/22.

9.6. A GARANTIA DE PROPOSTA ofertada não poderá conter ressalvas ou condições que possam suscitar dúvidas quanto à sua exequibilidade.

Pág. 11 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

9.7. No caso de GARANTIA DE PROPOSTA prestada mediante dois ou mais seguros-garantia, as apólices deverão registrar expressamente a sua complementariedade.

9.8. Para as GARANTIAS DE PROPOSTA apresentadas na modalidade caução em títulos da dívida pública federal, serão admitidos os seguintes títulos:

a) tesouro prefixado;

b) tesouro Selic;

c) tesouro IPCA+ com Juros Semestrais;

d) tesouro IPCA;

e) tesouro IGPM+ com Juros Semestrais;

f) tesouro prefixado com Juros Semestrais.

9.9. A caução em dinheiro ficará retida até o prazo de liberação mencionado abaixo, e as GARANTIAS DE PROPOSTA nas demais modalidades somente serão aceitas com prazo de validade não inferior a 180 (cento e oitenta) dias, a partir da DATA DE ENTREGA DAS PROPOSTAS, observado o disposto nos subitens abaixo no que tange à sua renovação ou substituição.

9.10. Nos casos em que a validade da GARANTIA DE PROPOSTA expirar antes da publicação do CONTRATO, a manutenção das condições de habilitação do LICITANTE ficará condicionada à regular renovação da respectiva GARANTIA DE PROPOSTA, ou à sua substituição por uma das demais modalidades previstas no presente EDITAL, às suas próprias expensas.

9.11. Caberá ao LICITANTE promover a renovação tempestiva da sua GARANTIA DA PROPOSTA, antes da materialização da sua expiração, devendo comunicar tal expediente ao (à) Pregoeiro (a).

9.12. No caso de renovação necessária, após 180 (cento e oitenta) dias da sua apresentação, a GARANTIA DA PROPOSTA será reajustada pela variação do IPCA, ou outro índice que vier a substituí-lo, entre o mês da DATA DE ENTREGA DAS PROPOSTAS e o mês imediatamente anterior à renovação.

9.13. O comprovante de constituição da GARANTIA DE PROPOSTA deverá integrar o ANEXO DA PROPOSTA, disponível no sistema, no momento do envio das propostas.

9.14. As GARANTIAS DE PROPOSTA serão liberadas em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do CONTRATO ou da data que for declara fracassada a licitação.

9.15. O (a) Pregoeiro (a) analisará a regularidade e efetividade das GARANTIAS DE PROPOSTA apresentadas, observado o disposto neste EDITAL.

Pág. 12 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

9.16. O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pelos LICITANTES decorrentes de sua participação na LICITAÇÃO dará causa à execução da GARANTIA DE PROPOSTA, mediante notificação prévia do LICITANTE, sem prejuízo das demais penalidades previstas no EDITAL, ou na legislação aplicável.

9.17. A GARANTIA DE PROPOSTA também cobrirá multas, penalidades e indenizações devidas pelo LICITANTE ao Município, incorridas durante a LICITAÇÃO, inclusive no caso de recusa de celebração do CONTRATO pelo ADJUDICATÁRIO, não sendo excluída, em qualquer caso, a sua responsabilidade e obrigação de ressarcir eventuais perdas e danos que não sejam suportadas pela GARANTIA DE PROPOSTA.

9.18. Para a realização da garantia na modalidade caução em títulos da dívida pública não serão aceitos títulos cujo resgate dependa de implemento de prazo ou de condição.

10. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

10.1. Encerradas as fases de julgamento das propostas e de negociação, o(a) Pregoeiro(a) convocará o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar para apresentar os documentos de habilitação, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, no prazo de até **60 (sessenta) minutos**, contado da respectiva convocação, podendo ser prorrogado por igual período, desde que justificado.

10.1.1. A análise da habilitação será realizada inicialmente apenas em relação ao licitante melhor classificado, podendo ser estendida aos demais licitantes, observada a ordem de classificação, exclusivamente na hipótese de sua inabilitação ou desclassificação.

10.1.1.1. Na hipótese de o licitante convocado deixar de apresentar a documentação exigida, apresentá-la em desacordo com as exigências do edital ou ser declarado inabilitado, será convocado o licitante subsequente, respeitada a ordem de classificação, para apresentação dos documentos de habilitação, nas mesmas condições e prazo, e assim sucessivamente, até que seja identificado licitante devidamente habilitado.

10.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA, ECONÔMICA E FINANCEIRA

10.2.1. DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE JURÍDICA:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades Comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Pág. 13 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

10.2.2. DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) prova da Situação Regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990), através da apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

d) prova de Regularidade para com a Fazenda Pública Estadual;

e) prova de Regularidade para com a Fazenda Pública Municipal;

10.2.3. DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) prova de inscrição no **Cadastro de Contribuintes Municipal ou Estadual**, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

OBS: A Portaria MF nº 358, de 05 de setembro de 2014 (alterada pela Portaria MF nº 443, de 17 de outubro de 2014) – Dispõe sobre a prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional:

Art. 1º A prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU por elas administrados.

A partir de 03 de novembro de 2014, as Certidões que fazem prova de Regularidade Fiscal de todos os Tributos Federais, inclusive previdenciários, tanto no âmbito da Receita Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional serão unificadas em único documento. A unificação das Certidões Negativas está prevista na Portaria em epígrafe.

b) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de **CNDT** – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (ou positiva com efeitos de negativa), de acordo com a Lei n° 12.440/2011.

c) declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas, nos termos do inciso IV, art. 63, da Lei nº 14.133/21.

d) sob pena de desclassificação, nos termos do §1º, art. 63, da Lei nº 14.133/21, apresentar declaração de que a Proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das Propostas, **conforme Anexo VIII do Edital**.

Pág. 14 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

10.2.3.1. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de **assinatura da ata de Registro de Preços**.

10.2.3.1.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a Documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.2.3.1.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis, a contar da sessão pública em que for declarada a licitante vencedora,** prorrogáveis por igual período, a critério deste município, para a regularização da Documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.2.3.1.3. A não-regularização da Documentação, no prazo previsto no **subitem 10.2.3.1.2**, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, procedendo-se a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

10.3. REQUISITOS FINANCEIROS

10.3.1. Prova de Patrimônio Líquido mínimo e/ou Capital Social mínimo **R$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais).**

Justifica-se este pedido, ao abrigo **do art. 69.º, §4.º** da Lei Federal n.º 14.133/2021, trata-se também de uma forma de segurança no sentido da Administração saber sobre a "saúde financeira" da empresa concorrente. A Administração adotou o percentual máximo permitido pela legislação para comprovação da qualificação econômico-financeira, em razão da relevância e do vulto da contratação, visando assegurar que a futura contratada possua capacidade financeira compatível com a execução do objeto, reduzindo os riscos de inadimplemento e proporcionando maior segurança à execução contratual, tal valor corresponde até 10% do mínimo estabelecido na tabela em anexo do mínimo e máximo.

10.3.1.1. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual:

a) se a licitante for cooperativa ou sociedade não empresária, a certidão mencionada no **subitem 10.3.1.1** deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil.

10.3.2. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, conforme inciso I do Artigo 69 da Lei Federal 14.133/21.

10.3.3. No caso de empresa que ainda não encerrou seu primeiro exercício social, estando por essa razão, impossibilitada de apresentar o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis, será admitida (somente nesta hipótese) a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

Pág. 15 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

10.3.4. Nos casos de empresas recém-constituídas, com tempo de atividade inferior a **01 (um) ano,** poderá ser apresentado balanço de abertura, devidamente registrado ou autenticado no órgão competente e assinado por contador;

10.3.5. Nos casos de sociedades regidas pela Lei Federal nº 6404/76, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, deverão apresentar os atos publicados em jornal de grande circulação (conforme disposto na Lei Federal nº 6404/76 e alterações);

10.3.6. Apresentação dos índices econômicos e financeiros a seguir mencionados, extraídos do respectivo balanço, devidamente assinados por seu administrador:

a) índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior do que **1,0 (um vírgula zero),** obtido através da seguinte fórmula:

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

b) índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior do **0,5 (zero vírgula cinco),** obtido através da seguinte formula:

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZAVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGIVEL A LONGO PRAZO}}$$

c) índice de Solvência Geral (ISG) igual ou maior do que **1,0 (um vírgula zero),** obtido através da seguinte fórmula:

$$\text{ISG} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

10.3.7. A comprovação exigida no **item 10.3** deverá ser feita da seguinte forma:

a) no caso de sociedades anônimas, cópia autenticada do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, publicados em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, de forma resumida e com divulgação simultânea da íntegra dos documentos na página do mesmo jornal na internet, que deverá providenciar certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos na página própria emitida por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil), conforme art. 289, Lei n.º 6.404/76 e Redação dada pela Lei nº 13.818, de 2019.

b) no caso de empresas de responsabilidade limitada, cópia autenticada das páginas do Livro Diário, contendo Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis com o respectivo registro na Junta Comercial e, no caso de sociedades simples (cooperativas), no cartório competente.

10.3.8. Comprovação da boa situação econômico-financeira da empresa, conforme índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, extraídos das demonstrações financeiras do último exercício social ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade recém-constituída, calculados conforme segue abaixo, sendo habilitadas as proponentes que alcançarem os índices relacionados no **subitem 10.3.6**.

Pág. 16 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

10.3.8.1. Os índices de que trata a cláusula supra deverão ser apresentados pela empresa participante, devendo ser calculados e assinados, obrigatoriamente, pela licitante e confirmados pelo responsável por sua contabilidade, mediante sua assinatura e a indicação do seu nome e do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade.

10.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.4.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

10.4.1.1. Considerando as características do objeto, que compreende o fornecimento, a montagem, a operação, o suporte operacional e a desmontagem dos sistemas de sonorização destinados a eventos de diferentes portes e características, exige-se a qualificação técnica da futura contratada, de modo a assegurar sua capacidade para a adequada execução dos serviços.

10.4.1.2. Para fins de qualificação técnica, deverá ser exigida a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) a execução anterior de serviços de características e complexidade tecnológica e operacional compatíveis, equivalentes ou superiores às previstas nesta contratação, observados os requisitos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

10.4.1.3. Considerando a diversidade dos serviços e os diferentes portes dos eventos a serem atendidos, a licitante deverá indicar o pessoal técnico, as instalações e o aparelhamento adequados e disponíveis para a execução do objeto, bem como a qualificação dos profissionais que integrarão a equipe técnica responsável pelos serviços, nos termos do art. 67, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

10.4.1.4. A equipe técnica deverá ser composta por profissionais em quantidade e com qualificação compatíveis com o tipo de sonorização e as características de cada evento, contemplando, conforme a necessidade, profissionais capacitados para as atividades de montagem, desmontagem, operação, suporte e acompanhamento técnico dos sistemas de sonorização. A qualificação deverá ser compatível com as funções desempenhadas, admitindo-se formação técnica, capacitação profissional ou experiência comprovada na área de sonorização e operação de sistemas de áudio.

10.4.1.5. Para fins de comprovação e da disponibilidade dos profissionais indicados na fase de licitação, será admitida a demonstração de vínculo profissional com a licitante por meio de vínculo societário, empregatício, contrato de prestação de serviços ou outra forma juridicamente admitida, desde que comprovada a efetiva disponibilidade dos profissionais para a execução do objeto.

10.4.2. DOS CATÁLOGOS

10.4.2.1. A licitante vencedora do certame deverá encaminhar, juntamente da documentação de habilitação, proposta contendo a relação completa de equipamentos que serão utilizados na prestação dos serviços. Esta relação deverá conter a marca e o modelo dos itens para análise da área técnica da Secretaria de Esportes. A avaliação se restringirá ao enquadramento dos equipamentos às especificações solicitadas na relação de equipamentos. Esta análise terá caráter eliminatório.

Pág. 17 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

10.4.3. DA VISITA TÉCNICA

10.4.3.1. As empresas interessadas em realizar visita técnica poderão agendar data e horário através do e-mail: esportes.administrativo01@barueri.sp.gov.br. As visitas poderão ser realizadas das 08h às 16h dos dias úteis na Secretaria de Esportes, localizada na Avenida Presidente Washington Luís, nº 280 – Jardim Silveira, Barueri/SP, ocasião em que tomar-se-á pleno conhecimento de todas as informações, condições, locais e infraestrutura, imprescindíveis para a efetiva elaboração da sua proposta e execução do objeto deste certame.

10.4.3.2. A comprovação da visita será feita através da emissão de "Declaração de Visita Técnica" (**Anexo I do Termo de Referência**) pela Secretaria de Esportes, onde a licitante atesta estar ciente de que não poderá pleitear, em nenhuma hipótese, modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre os locais em que serão executados os serviços.

10.4.3.3. Na ocasião da visita técnica, o interessado deverá estar munido de documento de identificação pessoal.

10.4.3.4. As empresas interessadas deverão agendar a visita técnica até 24 (vinte e quatro) horas antes da licitação.

10.4.3.5. A licitante que optar pela não realização da visita técnica deverá emitir "Declaração de Ciência" (**Anexo II Termo de Referência**) afirmando que tinha ciência da possibilidade de fazê-la, mas que, ciente dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular sua proposta sem realizar a vista técnica que lhe havia sido facultada.

10.5. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

10.5.1. Dados Complementares para assinatura de instrumento contratual ou ato jurídico análogo, conforme **Anexo III**.

10.5.2. No caso de **microempresas e empresas de pequeno porte**, declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte, visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 123/06, com as alterações da Lei Complementar nº 147/14, que deverá ser feita de acordo com o modelo sugerido no **Anexo V** deste Edital.

10.5.3. Declaração, firmada por representante legal, de que não está impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública, nem declarada inidônea para licitar ou contratar, nos termos do art. 155 e seguintes, da Lei nº 14.133/2021, conforme modelo sugerido no **Anexo VI.**

10.5.4. Declaração, para fins do disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal de 1988; inciso I, art. 63 da Lei nº 14.133/2021 e inciso VI, art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos, salvo menor aprendiz, conforme modelo sugerido no **Anexo VII.**

Pág. 18 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

10.5.5. DECLARA, para fins do disposto no Art. 63 § 1º da Lei Federal nº 14.133/21, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, na convenção coletiva de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo sugerido no **Anexo VIII.**

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

11.1. Para quaisquer outros detalhes não especificados, a licitante deverá consultar Memorial Descritivo (**Anexo XI)**, Planilha Orçamentária (**Anexo XII) e** Termo Referência (**Anexo XIII)**, que são partes integrantes deste, prevalecendo ainda, onde se enquadrar, as "especificações de materiais, serviços e instruções de execução" da PMB, e as Normas Técnicas da ABNT e ABCP.

12. DO JULGAMENTO

12.1. O critério de julgamento a ser adotado deverá ser o de "**menor preço global**".

13. NOTA FINAL

13.1. O processo objeto desta licitação foi orientado e supervisionado pelo Secretário da pasta.

13.2. O Termo de Referência originou-se com base no Estudo Técnico Preliminar, elaborado pela **SECRETARIA DE ESPORTES** caracterizando uma contratação de interesse público com envolvimento de sua melhor solução.

13.3. Em todos os casos omissos, respeitar-se-ão as leis em vigor, nomeadamente ao estipulado na **Lei Federal nº 14.133/21, Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações,** e pelo **Decreto Municipal nº 9.787/23**.

14. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVAS:

14.1. O tratamento diferenciado conferido às empresas de pequeno porte, às microempresas e às cooperativas de que tratam a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, deverá seguir o procedimento descrito a seguir:

14.2. Os licitantes deverão indicar no sistema eletrônico de licitações, antes do encaminhamento da proposta eletrônica de preços, a sua condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

14.3. O licitante que não informar sua condição antes do envio das propostas perderá o direito ao tratamento diferenciado.

14.4. Ao final da sessão pública de disputa de lances, o sistema eletrônico detectará automaticamente as situações de empate a que se referem os §§ 1o e 2o do art. 44 da Lei Complementar 123/2006, de 14 de dezembro de 2006.

Pág. 19 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

14.5. Considera-se empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, quando esta for proposta de licitante não enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

14.5.1. Não ocorre empate quando a detentora da proposta mais bem classificada possuir a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa. Nesse caso, o (a) Pregoeiro (a) convocará a arrematante a apresentar os documentos de habilitação, na forma do **item 15** deste edital.

14.6. Caso ocorra a situação de empate descrita no **subitem 14.5**, o (a) Pregoeiro (a) convocará o representante da empresa de pequeno porte, da microempresa ou da cooperativa mais bem classificada, imediatamente e por meio do sistema eletrônico, a ofertar lance inferior ao menor lance registrado para o objeto no prazo de cinco minutos.

14.6.1. Caso a licitante convocada não apresente lance inferior ao menor valor registrado no prazo acima indicado, as demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que, porventura possuam lances ou propostas na situação do **subitem 14.5,** deverão ser convocadas, na ordem de classificação, a ofertar lances inferiores à menor proposta.

14.6.2. A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que primeiro apresentar lance inferior ao menor lance ofertado na sessão de disputa será considerada arrematante pelo (a) Pregoeiro (a), que encerrará a disputa do item na sala virtual, e que deverá apresentar a documentação de habilitação e da proposta de preços, conforme **item 14** deste edital.

14.6.3. O não oferecimento de lances no prazo específico destinado a cada licitante produz a preclusão do direito de apresentá-los. Os lances apresentados em momento inadequado, antes do início do prazo específico ou após o seu término serão considerados inválidos.

14.7. Caso a proposta inicialmente mais bem classificada, de licitante não enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, seja desclassificada pelo (a) Pregoeiro (a), por desatendimento ao edital, essa proposta não é mais considerada como parâmetro para o efeito do empate de que trata esta cláusula.

14.7.1. Para o efeito do empate, no caso da desclassificação de que trata o item anterior, a melhor proposta passa a ser a da próxima licitante não enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, observado o previsto no **subitem 14.5.**

14.7.2. No caso de o sistema eletrônico não convocar automaticamente a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, o (a) Pregoeiro (a) o fará através do “chat de mensagens”.

14.7.3. A partir da convocação de que trata o item anterior, a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, terá **48 (quarenta e oito)** horas para oferecer proposta inferior a então mais bem classificada, através do “chat de mensagens”, sob pena de preclusão de seu direito.

Pág. 20 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

14.7.4. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa exercite o seu direito de apresentar proposta inferior a mais bem classificada, terá, a partir da apresentação desta no "chat de mensagens", conforme estabelece o **subitem 14.7.3** deste edital, para encaminhar a documentação de habilitação e proposta de preços.

14.8. O julgamento da habilitação das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas obedecerá aos critérios gerais definidos neste edital, observadas as particularidades de cada pessoa jurídica.

14.9. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da sessão pública em que for declarada a licitante vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério desta Prefeitura, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, nos termos do §1°, art. 43, da Lei Complementar n° 123/2006.

14.10. Nos termos do art. 4º da Lei 14.133/2021, aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42º a 49º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

a) no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

b) no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

14.10.1. A obtenção dos benefícios a que se refere este tópico fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública, cujos valores, somados, extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo, o órgão ou entidade, exigir da licitante declaração de observância desse limite na licitação.

14.10.2. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato para a aplicação dos limites previstos na Lei nº. 14.133/21.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

15.1. TODOS OS DOCUMENTOS APRESENTADOS PARA HABILITAÇÃO DEVERÃO ESTAR EM NOME DA LICITANTE, COM O NÚMERO DO CNPJ E RESPECTIVO ENDEREÇO, SALVO OS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL, DEVENDO SER OBSERVADO O SEGUINTE:

a) se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em seu nome, com o respectivo número do CNPJ;

Pág. 21 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

b) se a licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em seu nome, com o respectivo número do CNPJ, exceto aqueles que, pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da **matriz**;

c) se a licitante for a **matriz** e o Fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a **filial**, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da **matriz** e da **filial**, simultaneamente.

15.2. O não atendimento de qualquer exigência ou condição do **subitem 10.1.1 implicará na inabilitação da licitante**.

15.3. Não serão aceitos neste procedimento licitatório "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos", em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

15.4. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até **180 (cento e oitenta) dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das Propostas, salvo a certidão de falência, que será considerada válida se expedida há, no máximo, **90 (noventa) dias.**

15.5. Se algum documento apresentar falha não sanável na sessão, acarretará a inabilitação da proponente.

15.5.1. Se a oferta de menor preço não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências de Habilitação, o (a) Pregoeiro (a) examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, podendo negociar com os respectivos autores, até a apuração de uma Proposta que, verificada sua aceitabilidade, e a Habilitação da licitante, será declarada vencedora.

15.6. O (A) Pregoeiro (a) ou a Equipe de Apoio poderá diligenciar, efetuando consulta direta nos "sites" dos órgãos expedidores na Internet, para verificação de veracidade dos documentos ora obtidos.

15.6.1. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será **inabilitada**.

15.6.2. O (A) Pregoeiro (a), na fase de julgamento, poderá promover quaisquer **diligências** julgadas necessárias à análise das Propostas, da Documentação, e declarações apresentadas, devendo, as licitantes atender às solicitações no prazo por ele (a) estipulado, contado do recebimento da convocação.

15.6.3. Constatado o atendimento pleno dos requisitos de Habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora.

15.7. Será respeitado o prazo para interposição recursal previsto no art. 165, inciso I, § 1º da Lei nº 14.133/21, contra qualquer ato praticado nas fases de classificação ou Habilitação.

Pág. 22 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

16. <u>DA HABILITAÇÃO E DECLARAÇÃO DO VENCEDOR</u>

16.1. Considerada aceitável a oferta de menor preço, observados os preços praticados no mercado na data de apresentação das propostas, bem como dos catálogos (caso houver), quando exigidos, o(a) Pregoeiro(a) procederá à análise dos documentos de habilitação técnica, quando exigidos, apresentados pelo licitante melhor classificado.

16.2. Recebida a documentação, o (a) Pregoeiro (a) verificará sua conformidade, informando no chat a relação de documentos recebidos e sua regularidade.

16.2.1. O (A) Pregoeiro (a) ou a Equipe de Apoio poderá diligenciar, efetuando consulta direta nos "sites" dos órgãos expedidores na Internet, para verificação de veracidade dos documentos ora obtidos.

16.2.2. A verificação será certificada pelo (a) Pregoeiro (a) e deverão ser anexados, aos autos, os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

16.2.3. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere o **subitem 16.2.2.** deste edital; na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista no **subitem 16.2.1** deste edital, o licitante será inabilitado, constando os motivos da referida inabilitação na justificativa que deverá ser preenchida nesse caso pelo (a) pregoeiro (a).

16.3. O licitante deverá apresentar planilha de readequação, contendo os valores ajustados de cada item que compõe o lote ofertado, os quais respeitarão a mesma proporção de redução alcançada entre o valor inicial da oferta e o valor da proposta aceita, sempre endereçados ao (a) Pregoeiro (a), em até 02 (dois) dias úteis após o julgamento das propostas, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.

16.3.1. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados por cópias digitalizadas, de acordo com a Lei Federal nº 10.278/20, com exceção das certidões e documentos passíveis de obtenção e verificação nos "sites" dos órgãos expedidores na internet

16.4. Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.

16.5. Se a oferta não for aceitável, se o licitante desatender às exigências de apresentação de documentos técnicos e ainda desatender as exigências de habilitação, o (a) Pregoeiro (a) examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

17. <u>DA ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO</u>

17.1. A Ata da sessão pública conterá o registro, pelo sistema, de todas as etapas e ocorrências do pregão verificadas durante a sua realização, incluindo a transcrição do chat e apresentando o resultado do pregão até a adjudicação do objeto do certame, caso não tenha havido manifestação da intenção de interpor recurso.

Pág. 23 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

17.2. Caberá ao (à) Pregoeiro (a) registrar as considerações finais, em campo próprio do sistema, ao final da ata, inclusive, a informação aos que manifestaram a intenção de recorrer, se houver, do prazo para a apresentação dos memoriais de razões do recurso e, aos demais, das contrarrazões, assim como os eventuais documentos que desejarem anexar para instruir essas peças.

17.3. Mediante comando do (a) Pregoeiro (a), a ata será finalizada e a sessão pública encerrada, sendo, então, divulgada para todos pelo sistema.

18. DA DESCONEXÃO

18.1. A desconexão simultânea do sistema eletrônico, com os participantes e com o (a) Pregoeiro (a), implicará suspensão da Sessão Pública do pregão eletrônico e o seu reinício somente ocorrerá após comunicação eletrônica expressa aos licitantes.

18.2. A desconexão do sistema eletrônico com o (a) Pregoeiro (a), durante a sessão pública, implicará:

a) fora da etapa de lances, a sua suspensão e a sua retomada, no ponto em que foi suspensa, sem prejuízo dos atos realizados até então;

b) durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelos licitantes, até o término do período estabelecido no edital, caso o sistema eletrônico permaneça acessível para eles.

18.3. Quando a desconexão persistir, por tempo superior a 10 (dez) minutos, logo após a retomada da sessão (reestabelecimento do sistema), a sessão pública será suspensa, e somente será reiniciada após comunicação expressa aos licitantes, de data e horário para a sua continuidade.

18.4. Se a desconexão com o (a) Pregoeiro (a) persistir até que tenha sido encerrada a etapa fixa de lances, cumprir-se à o procedimento estabelecido no **subitem 8.4**.

18.5. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

18.6. A Administração Pública NÃO SE RESPONSABILIZARÁ PELA INSTABILIDADE / DESCONEXÃO DA INTERNET DO LICITANTE OU QUALQUER OUTRA FALHA TÉCNICA. Compete ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou pelo (a) Pregoeiro (a) ou de sua desconexão

19. DA IMPUGNAÇÃO, DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO, DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

19.1. Qualquer pessoa poderá impugnar e/ou requisitar esclarecimentos dos termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública e sua resposta será divulgada em sítio eletrônico oficial (**https://compras.barueri.sp.gov.br)**.

Pág. 24 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

19.2. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao (à) Pregoeiro (a), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação e/ou pedidos de esclarecimentos; a resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

19.2.1. Acolhida a impugnação contra o edital, será designada nova data para realização da sessão pública.

19.3. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado este edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

19.4. Divulgado o vencedor, os demais licitantes serão informados pelo (a) Pregoeiro (a), por meio de aviso lançado no sistema eletrônico, que terão prazo de 05 (cinco) minutos para manifestarem a intenção motivada de interpor recurso, nos termos do art. 165, §1°, I, da Lei n° 14.133/2021, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema.

19.5. Por meio de mensagem lançada no sistema, será informado aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões de recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública e, aos demais licitantes, que poderão apresentar contrarrazões, em igual número de dias, os quais começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, na Secretaria de Obras, conforme endereço relacionado no **subitem 1.4.1.**

19.5.1. As razões de recurso e as contrarrazões serão oferecidas, por meio eletrônico, no site **https://compras.barueri.sp.gov.br**, na opção recurso.

19.6. O sistema não admitirá os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como não serão conhecidos aqueles que não forem enviados por meio do sistema eletrônico e em campo próprio.

19.7. Apresentadas as razões recursais, caberá ao (à) Pregoeiro (a) receber, examinar e decidir os recursos e, se não reconsiderar a decisão ou o ato no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.7.1. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

19.8. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

19.9. A adjudicação do objeto e a homologação da licitação serão efetuadas pela Autoridade competente, nos termos do art. 71, IV, da Lei n° 14.133/2021.

Pág. 25 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

19.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados mediante solicitação encaminhada pelo chat, cabendo ao (à) Pregoeiro (a) a liberação dos documentos solicitados.

20. DA VALIDADE E DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **01 (um) ano**, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, os quantitativos serão restabelecidos conforme planilha inicial, a ser formalizada com observância das disposições do Decreto Municipal nº 9.787/2023 e suas alterações, e da Lei Federal nº 14.133/2021, no que couber.

20.1.1. O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração Municipal.

20.1.2. Os preços registrados e os contratos deles decorrentes somente poderão ser reajustados após 12 (doze) meses, ocorrida entre a data do orçamento estimado (I0) e o mês de aniversário do reajuste, conforme **subitem 27.5.2.**

20.1.3. Na hipótese de prorrogação da Ata de Registro de Preços, os preços serão reajustados conforme **subitem 27.5.2**

20.2. Homologado o certame, a (s) vencedora (s) será (ão) convocada (s) pela Secretaria de Obras, para, no prazo de até 03 (três) dias úteis, assinar a Ata de Registro de Preços, cuja minuta integra este Edital (Anexo I), onde depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de entrega nas condições estabelecidas;

20.2.1. O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração Municipal.

20.2.2. Como procedimento de controle, a administração verificará o cumprimento das condições de participação do licitante, nos termos do artigo 91, § 4º da lei 14.133/2021, conforme segue.

> "Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo."

20.2.3. DO TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

20.2.3.1. A CONTRATADA deverá apresentar, no ato da assinatura do contrato, o Termo de Confidencialidade, em que se obriga a manter o mais completo sigilo sobre quaisquer dados, materiais, pormenores, informações, documentos, especificações técnicas, inovações e aperfeiçoamentos por parte da CONTRATANTE, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, revelar, reproduzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros, sob pena de aplicação das sanções legais previstas no instrumento contratual.

Pág. 26 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

20.2.3.2. A CONTRATADA fica proibida de realizar alterações em normas e procedimentos de segurança que são adotados pela CONTRATANTE. Caso haja qualquer tipo de violação, quebra de segurança e sigilo das informações, a CONTRATANTE aplicará as sanções cabíveis.

20.3. Constituem também condições para a celebração da contratação:

20.3.1. Somente no caso de empresas em situação de recuperação judicial: apresentação de cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

20.3.2. Somente no caso de empresas em situação de recuperação extrajudicial: apresentação de comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas.

20.4. Os preços registrados implicam compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obriga a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à Detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

20.5. Tratando-se a adjudicatária de **microempresa** ou **empresa de pequeno porte**, cuja Documentação de regularidade fiscal tenha indicado restrições na fase de Habilitação, será assegurado o prazo estipulado no **subitem 10.2.3.1.2** para a efetiva regularização, sob pena das implicações previstas no **subitem 10.2.3.1.3**.

20.6. Pode haver mais de um preço registrado, em relação aos licitantes remanescentes que, após o encerramento da fase de habilitação, reduzirem seus preços de acordo com o valor da proposta do licitante vencedor.

20.7. Quando a adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar a Ata de Registro de Preço, procederá a Administração Pública, através da Secretaria de Obras, à convocação das licitantes subsequentes, que assinaram a Ata conforme **subitem 20.6.**

20.8. Os fornecedores incluídos na ata de registro de preços estão obrigados a celebrar os contratos que poderão advir das Atas de Registro de Preço, sempre observando a ordem de classificação.

20.9. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

20.10. O instrumento Contratual deve observar, no que couber, o disposto no art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Pág. 27 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

21. DOS PREÇOS REGISTRADOS

21.1. Os preços a serem registrados na Ata de Registro de Preços serão referentes ao **último lance ofertado pela empresa licitante vencedora adjudicatária,** nos moldes da legislação vigente, com observância da ordem de classificação.

21.2. Os preços registrados e os contratos deles decorrentes somente poderão ser reajustados após 12 (doze) meses, ocorrida entre a data do orçamento estimado (I0) e o mês de aniversário do reajuste, conforme **subitem 27.5.2.**

21.3. A qualquer tempo, cada um dos preços registrados pode ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao órgão Gerenciador convocar os fornecedores registrados para estabelecer o novo valor.

21.4. Frustrada a negociação, a fornecedora será liberada do compromisso assumido.

21.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, solicitar revisão dos preços registrados ou demonstrar que não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador da Ata (Secretaria Requisitante) deverá, a princípio, se manifestar sobre o pedido de revisão e, posteriormente, em caso de indeferimento, poderá:

a) liberar a fornecedora do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes da solicitação de entrega;

b) caso haja a liberação, negociará com as licitantes subsequentes que assinaram a Ata de Registro de Preço;

c) não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

22. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

22.1. A Detentora da Ata terá cancelado seus preços registrados, nas seguintes hipóteses:

a) descumprir as condições da ata de registro de preços;

b) recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;

c) deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

d) recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;

Pág. 28 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

e) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de Lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública;

f) por razões de interesse público.

22.2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas no **subitem 22.1,** assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do (a) Secretário (a) Requisitante.

22.3. A fornecedora poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

23. DOS PRAZOS

23.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **01 (um) ano**, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, os quantitativos serão restabelecidos conforme planilha inicial, a ser formalizada com observância das disposições do Decreto Municipal nº 9.787/2023 e suas alterações, e da Lei Federal nº 14.133/2021, no que couber.

23.1.1. Os serviços deverão ser executados nos locais determinados pela **SECRETARIA DE ESPORTES**, de acordo com os prazos estipulados nas Ordens de Serviço.

23.1.2. A execução do objeto será a partir da emissão da ordem de início, estabelecida pela Secretaria de Obras.

23.1.3. O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração Municipal.

23.1.4. A Secretaria de Esportes informará à CONTRATADA, por e-mail, a data, o local e o horário do evento a ser realizado, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

23.2. A Ordem de Serviço conterá a indicação do funcionário, que ficará responsável pela fiscalização, os quais manterão todos os contatos com a CONTRATADA e determinarão as providências necessárias, podendo embargar as obras, rejeitá-las no todo ou em parte e determinar o que deve ser refeito.

23.3. À **CONTRATADA** será facultada a prorrogação do prazo, se ocorrer interrupção dos trabalhos determinados por:

23.3.1. Atos da administração;

23.3.2. Caso fortuito ou de força maior;

23.3.3. Más condições de tempo.

24. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

24.1. As contratações com os fornecedores registrados serão formalizadas por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 89 do Decreto Municipal n.º 9.787, de 12 de abril de 2023.

Pág. 29 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

25. <u>DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO</u>

25.1. O recebimento provisório deverá ser entregue em até 05 (cinco) dias contados a data de pagamento da medição final.

25.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

25.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e/ou Instruções exigíveis.

25.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 90(noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

25.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

26. <u>DO REGIME DE EXECUÇÃO</u>

26.1. Os serviços serão executados conforme os valores, que constarão da planilha orçamentária proposta pela empresa vencedora da licitação. Nestes preços estão compreendidas as taxas, bonificações, despesas diretas e indiretas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, inclusive despesas com medições, locação, placas de sinalização ou quaisquer despesas necessárias para realização das obras, ensaios qualitativos, conforme normas vigentes.

26.2. Não será permitida a subcontratação, total ou parcial, dos serviços objeto da presente contratação, considerando que as atividades de fornecimento, montagem, operação, suporte operacional e desmontagem de estruturas e equipamentos de sonorização são diretamente relacionadas entre si e integram o escopo de atuação das empresas do ramo.

26.2.1. A execução desses serviços demanda coordenação operacional, compatibilidade entre os equipamentos disponibilizados e atuação integrada das equipes responsáveis, sendo tecnicamente conveniente que todas as etapas sejam executadas pela mesma empresa, de modo a assegurar a continuidade, a padronização e a qualidade dos serviços prestados.

26.2.2. Ademais, considerando que o objeto compreende atividades habitualmente executadas por empresas do setor de sonorização, entende-se que a vedação à subcontratação não representa restrição injustificada à competitividade, desde que existam no mercado empresas com capacidade para executar integralmente os serviços previstos.

26.2.3. Dessa forma, a Administração opta pela não permissão de subcontratação, visando garantir maior controle sobre a execução contratual, a definição das responsabilidades e a eficiência operacional no atendimento aos eventos e atividades esportivas promovidos pelo Município, em conformidade com o art. 122, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, que permite à Administração estabelecer restrições ou vedar a subcontratação mediante previsão no edital ou regulamento.

Pág. 30 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

26.3. As obras e/ou os serviços deverão observar rigorosamente as especificações técnicas do (ETP, Termo de Referência e Memorial Descritivo), unidades e quantidade constantes na planilha de orçamento de obras e/ou serviços e demais requisitos previstos no Edital e seus Anexos, independente de transcrição, e ainda as normas de segurança e qualidade da ABNT.

26.4. Qualquer alteração nas diretrizes estabelecidas no ETP, Termo de Referência e/ou memorial descritivo, bem como quaisquer outras se fizerem necessárias no decorrer da execução dos serviços, e ainda, qualquer modificação futura, só poderá ser realizada mediante prévia aprovação da Secretaria de Obras, por escrito.

26.5. Os agentes fiscalizadores da Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Barueri poderão impugnar os serviços que infringirem as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, obrigando-se, o Fornecedor do Contrato, a acatar e cumprir as exigências que lhe forem feitas. No presente caso, os agentes fiscalizadores deverão justificar plenamente toda e qualquer medida dessa natureza, para que a Fornecedora possa tomar providências que se fizerem necessárias, para a regularização dos serviços que venham ser impugnados.

26.6. A ação ou omissão, total ou parcial, dos agentes fiscalizadores da Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Barueri não isenta e nem exclui a integral responsabilidade do Fornecedor pelos danos e/ou prejuízos que venham a ser causados a terceiros, em decorrência da execução dos serviços objeto desta licitação.

26.7. Qualquer alteração no prazo previsto para execução das obras/serviços deverá ser previamente comunicada e justificada, por escrito, à Secretaria de Obras, observando a legislação em vigor.

26.8. A ocorrência, ainda que eventual, de fatos que possam ensejar riscos durante a execução das obras/serviços, determinará a revisão conjunta das especificações técnicas, objetivando a identificação das causas, dos riscos e as medidas necessárias para eliminá-las.

26.9. A responsabilidade civil, administrativa e penal, por danos da saúde, segurança pública e ao meio ambiente, resultante de qualquer tipo de acidente ocorrido em virtude da realização da obra e/ou serviços, objeto do Edital de licitação, bem como sua manutenção, será atribuível exclusivamente a Contratada, que ficará obrigada ao pagamento de todos os prejuízos havidos pela Prefeitura Municipal de Barueri, bem como de quaisquer indenizações, multas, obrigações de fazer ou não fazer, que venham a ser pleiteadas ou impostas em virtude do atual acidente que venha ocorrer.

26.10. A Contratada será responsável por qualquer erro ou serviço executado em desacordo com as especificações técnicas e, consequentemente, pagamento dos danos e prejuízos que por si ou seus prepostos vier a causar à Prefeitura Municipal de Barueri, ficando sujeita, em consequência de ações movidas por esta ou terceiros prejudicados, até a sentença final e sua execução.

26.11. A Contratada será obrigada a afastar das áreas ocupadas, em decorrência dos serviços prestados, qualquer empregado ou preposto, cuja permanência, no local dos trabalhos seja considerada inconveniente ou desaconselhável, a critério da fiscalização da Secretaria de Obras.

Pág. 31 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

26.12. Fica a Contratada obrigada, quando for o caso, a fixar na obra/serviço, no prazo máximo de **15 (quinze) dias** após a assinatura do Contrato, ou expedição da Ordem de Serviço, placa informativa, contendo todos os dados e especificações previstas no Edital.

27. DAS MEDIÇÕES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS

27.1. Mediante requerimentos apresentados à Prefeitura pela Contratada, serão efetuadas após decurso dos respectivos períodos, as medições dos serviços prestados, desde que devidamente instruídas com a documentação necessária à verificação da respectiva medição.

27.2. O valor de cada medição será apurado com base nas quantidades dos serviços executados no período, aplicados os preços unitários propostos.

27.3. Os pagamentos observarão os seguintes critérios:

27.3.1. As medições serão apresentadas até o terceiro dia útil, após o encerramento do período;

27.3.2. O órgão competente da Prefeitura Municipal de Barueri promoverá a conferência e aprovação da medição, no prazo de até 5 (cinco) dias, contados da apresentação;

27.3.3. As faturas dos serviços prestados deverão ser emitidas no primeiro dia subsequente à medição e aprovação dos serviços efetivamente executados;

27.3.4. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a partir da liberação promovida pela Secretaria de Obras;

27.3.5. No caso de devolução das medições por inexatidão, o prazo para pagamento será contado da reapresentação e aceitação destas pela CONTRATANTE;

27.3.6. A empresa contratada deverá apresentar relatórios técnicos mensais dos serviços realizados durante o período de medição.

27.3.7. Quaisquer pagamentos não isentarão a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicarão aceitação dos serviços.

27.4. Ocorrendo modificação dos encargos considerados na composição dos preços, ditada por alteração na legislação Federal, Estadual ou Municipal, ou pela ocorrência de eventos extraordinários, imprevistos, imprevisíveis e onerosos, será procedida a respectiva revisão de preços, para mais ou para menos, na medida em que a referida ocorrência ou modificação tenha reflexo na composição dos preços, retornando-se, assim, à equação do equilíbrio econômico-financeiro do ajuste inicial, na forma prevista na alínea “d”, do inciso II, do caput art. 124, da Lei nº 14.133/21.

27.5. REAJUSTE DE PREÇOS:

27.5.1. Os preços são fixos e irreajustáveis pelo prazo de **12 (doze) meses**, contados da data do orçamento estimado.

Pág. 32 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

27.5.2. Decorrido esse prazo, os preços poderão ser reajustados, a cada período de 12 (doze) meses, com base na variação do índice **FIPE – IPC – Índice Mensal Geral, ocorrida entre a data do orçamento estimado (I0) e o mês de aniversário do reajuste**, nos termos do art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/2021.

27.5.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

27.5.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

28. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

28.1. A **SECRETARIA DE ESPORTES**, exercerá a mais ampla fiscalização da execução contratual por meio dos seguintes servidores:

28.1.1. Fiscalização Técnica (SECRETARIA DE ESPORTES): ALEXANDRE SOARES DOS REIS – Matrícula nº **103945 (Fiscal Titular)** e **JORGE ALEXANDRE DA SILVA -** Matrícula nº **003899 (Fiscal Suplente)**, conforme Portaria Interna SO nº 12, de 14 de outubro de 2026.

28.2. A fiscalização por parte dessa Secretaria não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, a responsabilidade da Contratada em eventual falta que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização deste Município.

28.3. A gestão do Contrato, será realizada pelo servidor **ALESSANDRO AUGUSTO DOS SANTOS – Matrícula nº 016975**, que acompanhará a manutenção das condições de Habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

28.4. O (a) gestor (a) do Contrato, tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

28.5. Os demais atos referentes a gestão do contrato encontram-se no Termo Referência (**Anexo XIII)**.

29. DAS PENALIDADES

29.1. Pelo cometimento das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a Contratada estará sujeita às sanções de:

I. Advertência;

II. Multa;

III. Impedimento de licitar e contratar no âmbito do Município de Barueri por até 3 anos;

Pág. 33 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

IV. Declaração de inidoneidade por 3 a 6 anos, cabendo recurso e pedido de reconsideração no prazo de 15 dias úteis.

29.2. A licitante que der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; der causa à inexecução total do Contrato; deixar de entregar a Documentação exigida para o certame; não manter a Proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o Contrato ou não entregar a Documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua Proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Barueri, pelo período de até **03 (três) anos**, nos termos do §4º do art. 156 da Lei nº 14.133/21 e art. 133 do Decreto Municipal nº 9.787/23 .

29.2.1. Além da penalidade prevista no **subitem 29.2**, também ensejará à licitante a cobrança por via administrativa ou judicial de multa de até **10% (dez por cento)** sobre o valor total de sua Proposta.

29.2.2. As penalidades previstas nos **subitens 29.1** e **29.2** serão impostas após regular procedimento administrativo, garantido o direito prévio do contraditório e da ampla defesa.

29.3. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar, aceitar ou retirar o Contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Município de Barueri caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à multa de até **20% (vinte por cento)** sobre o valor da obrigação não cumprida.

29.4. O atraso injustificado na execução contratual, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art.162 da Lei nº 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 9.787/2023, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência, quando a Contratada descumprir qualquer obrigação contratual, ou quando forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha concorrido diretamente;

b) multa de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** do valor da fatura por dia de atraso, até o limite de **10 (dez) dias**;

c) multa de **10% (dez por cento)** sobre o valor correspondente à parcela do objeto contratual não executada, ou executada em desacordo com as especificações técnicas, para atraso superior a **10 (dez) dias**, caracterizando-se inexecução parcial;

d) multa de **20% (vinte por cento)** sobre o valor da obrigação não cumprida, para casos de inexecução total;

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por 3 a 6 anos, na prática de atos de natureza dolosa pela Contratada, das quais decorram prejuízos ao interesse público de difícil reversão.

Pág. 34 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

29.4.1. As sanções de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa.

29.5. Não serão aplicadas as sanções quando o motivo da mora ou inexecução decorrer de força maior ou caso fortuito, desde que devidamente justificados, comprovados e aceitos pelo Contratante.

29.5.1. Consideram-se motivos de força maior ou caso fortuito: atos de inimigo público, guerra, revolução, bloqueios, epidemias, fenômenos meteorológicos de vulto, perturbações civis, ou acontecimentos assemelhados que fujam ao controle razoável de qualquer das partes contratantes.

29.6. O pedido de prorrogação de prazo final dos serviços ou entrega de produto somente será apreciado e anuído pela Secretaria Municipal requisitante, se efetuado dentro dos prazos fixados no Contrato ou instrumento equivalente.

29.7. O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelo Contratante e/ou da garantia prestada pela empresa Contratada, quando por esta solicitado.

29.7.1. O prazo para pagamento de multas será de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação da infratora.

29.7.2. O pagamento das multas ou a dedução dos créditos não exime a Contratada do fiel cumprimento das obrigações e responsabilidades contraídas neste instrumento.

29.8. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **PREFEITURA**, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

29.9. A multa, aplicada após regular processo administrativo, poderá ser descontada da garantia do respectivo Contrato, quando por esta for solicitada

29.10. Da decisão que aplicar as sanções previstas nos incisos I, II e III do subitem 29.1 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, e da decisão que aplicar a sanção prevista no inciso IV caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, dirigidos ao Sr. Secretário de Obras.

30. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

30.1. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações estabelecidas no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

30.2. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Contratante, a usuários participantes ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

30.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto, em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções resultantes dos produtos empregados ou da execução de serviços.

Pág. 35 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

30.4. Executar todos os serviços com mão-de-obra qualificada, devendo a Contratada cumprir com todas as normas técnicas da ABNT, relativas aos processos de fabricação, objetos do presente Termo, no que couber.

30.5. Cumprir fielmente o contrato, de modo que os serviços acordados se realizem com profissionalismo e perfeição, dentro dos parâmetros das normas competentes.

30.6. Fornecer aos seus empregados EPI's, uniformes e crachá de identificação, de uso obrigatório durante a execução dos Serviços.

30.7. Manter um encarregado durante a execução do serviço para supervisionar o andamento das atividades e solucionar problemas se necessário.

30.8. Recrutar, em seu nome sob sua inteira responsabilidade, os empregados necessários à perfeita execução dos serviços, cabendo-lhes todos os pagamentos, inclusive dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência de sua condição de empregadora, sem qualquer solidariedade do Município de Barueri.

30.9. Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e social.

30.10. Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução dos serviços sem interrupção;

30.11. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a serem vítimas seus empregados em atividade, quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e pelas demais exigências legais para o exercício das atividades.

30.12. Providenciar para que todos os seus empregados em atividade cumpram as normas relativas à segurança dos locais onde serão executados os serviços.

30.13. Ao abrigo das leis em vigor, a empresa contratada deverá providenciar, após a assinatura do contrato, a **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART-CREA)** ou **Registro de Responsabilidade Técnica (RRT-CAU)** dos serviços, objeto deste edital.

30.14. Cumprir, no que couber para esta execução contratual, a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e Decreto Municipal nº 9.375/2021, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, em especial tomar todas as medidas cautelares para que não haja quaisquer infrações à referida Lei, sendo certo que, caso ocorra, responsabiliza-se pelo eventual dano ocorrido, conforme **Anexo X**.

31. DA RESCISÃO CONTRATUAL

31.1. O Contrato celebrado poderá ser rescindido unilateralmente pela Prefeitura Municipal de Barueri, nos termos da Lei nº 14.133/21 ou, ainda, pela aplicação de multas que atingirem até **20% (vinte por cento)** do valor contratado, por atraso no início da obra e/ou serviços por mais de **15 (quinze) dias**, contados da Ordem de Início, por interrupções dos serviços por mais de **10 (dez) dias** consecutivos sem justa causa ou, ainda, pela inobservância das especificações técnicas.

Pág. 36 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

32. <u>DAS DISPOSIÇÕES FINAIS</u>

32.1. Informações, casos omissos e questões relativas ao procedimento eletrônico são da competência da Coordenadoria Técnica de licitações /Secretaria de Obra, cujo endereço está Portal de Compras Eletrônicas da Prefeitura de Barueri: https://compras.barueri.sp.gov.br.

32.2. As normas desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

32.3. As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

32.4. O resultado do presente certame será divulgado no DOE.

32.5. Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no DOE.

32.6. Os casos omissos da presente PREGÃO ELETRÔNICO serão solucionados pelo(a) Pregoeiro(a), com auxílio da Equipe de Apoio.

32.7. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, sem que caiba aos licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização, com fulcro no art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

32.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, nos termos do art. 183, da Lei nº 14.133/2021.

32.9. Os interessados deverão ter pleno conhecimento dos elementos constantes deste Edital, bem como de todas as suas condições gerais e peculiares, e de seus Anexos, não podendo invocar nenhum desconhecimento dos mesmos, como fato impeditivo da apresentação da Documentação exigida ou do previsto nas disposições pertinentes à espécie.

32.10. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

32.11. Todas as referências de tempo citadas neste Edital e seus Anexos, no Aviso da licitação e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, desta forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

32.12. As atas serão geradas eletronicamente após o encerramento da sessão pelo (a) pregoeiro (a) /Agente de Contratação.

32.13. Nas atas das sessões públicas deverá constar o registro das Licitantes participantes, das propostas apresentadas, da análise da documentação de habilitação da(s) vencedora(s) e da manifestação da intenção de interposição de recurso(s), se for o caso;

Pág. 37 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

32.14. Os demais atos licitatórios serão registrados no processo da licitação e serão disponibilizados no portal **https://compras.barueri.sp.gov.br.**

32.15. O (a) Pregoeiro(a) dirimirá as dúvidas que venham a ser suscitadas pelo presente Edital, desde que manifestadas por escrito, e protocoladas na Secretaria de Obras (endereço no rodapé), conforme preâmbulo deste Edital.

32.16. À Prefeitura Municipal de Barueri reserva-se o direito de, a qualquer tempo, presentes razões de interesse público devidamente justificadas, desistir, revogar, adiar ou homologar parcialmente a licitação, devendo de ofício anulá-la por vícios ou irregularidades constatadas, sem que isso represente direito dos proponentes a qualquer pedido de indenização, reembolso ou compensação de valores.

32.17. Integram o presente Edital:

Anexo I – Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo II – Termo de Ciência e De Notificação Contratos ou Atos Jurídicos Análogos;

Anexo III – Dados complementares para assinatura de instrumento contratual ou ato jurídico análogo;

Anexo IV – Modelo declaração de Habilitação;

Anexo V – Modelo de declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;

Anexo VI – Modelo de declaração que trata o Art. 155 da Lei nº 14.133/2021;

Anexo VII – Modelo de declaração de que trata o Art. 7º, INC. XXXIII da CF;

Anexo VIII – Modelo de Declaração de Proposta Econômica;

Anexo IX – Modelo da Carta Proposta Comercial;

Anexo X – Do Cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados**;**

Anexo XI – Memorial Descritivo; **(FORNECIDA EM ARQUIVO ELETRÔNICO)**

Anexo XII – Planilha Orçamentária; **(FORNECIDA EM ARQUIVO ELETRÔNICO)**

Anexo XIII – Termo de Referência; **(FORNECIDA EM ARQUIVO ELETRÔNICO)**

Anexo XIII – Termo de Referência - Anexo I - DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA; **(FORNECIDA EM ARQUIVO ELETRÔNICO)**

Anexo XIII – Termo de Referência - Anexo II - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA SOBRE VISITA TÉCNICA; **(FORNECIDA EM ARQUIVO ELETRÔNICO)**

Pág. 38 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

Anexo XIII – Termo de Referência - Anexo IV - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE; **(FORNECIDA EM ARQUIVO ELETRÔNICO)**

Anexo XIV – Cronograma de Execução; **(FORNECIDO EM ARQUIVO ELETRÔNICO)**

Anexo XV – Planilha de Quantidades Máximas e Mínimas; **(FORNECIDA EM ARQUIVO ELETRÔNICO)**

32.18. Fica eleito o Foro da Comarca de Barueri, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para julgar pendências oriundas da presente licitação. E, para que ninguém alegue ignorância, é o presente Edital publicado em uma única edição em Jornal de Grande Circulação, no Diário Oficial da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e em Jornal Local.

Barueri, 13 de novembro de 2.026.

Rosângela S. D. Martins
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Pág. 39 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

ANEXO I

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO SO Nº 069/2.026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° ___/2.026.

VALIDADE: ___ (_____) meses

Aos _____ dias do mês de _____ de 2.026, a Prefeitura do Município de Barueri através da SECRETARIA DE OBRAS, situada na Avenida 26 de Março, Nº 1057 – Jardim São Pedro – Barueri/SP, representada, neste ato, pelo Sr. Secretário de Obras, _____,doravante designada **CONTRATANTE**, e a(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), representada(s) na forma de seu(s) estatuto(s) social(is), em ordem de preferência por classificação, doravante denominada(s) **DETENTORA(S)**, resolvem firmar o presente ajuste para **REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da lei Federal Nº 14.133/2021, do Decreto Municipal Nº 9.787/2023, da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas as alterações, bem como pelas normas do presente edital e seus anexos, mediante condições e cláusula a seguir estabelecidas, oferecidos pela (s) seguinte(s) empresa(s):

DETENTOR 1: _____, inscrita no CNPJ/MF sob Nº _____, com sede a Rua _____, neste ato representada pelo Sr. _____, RG Nº _____, CPF/MF Nº _____.

DETENTOR 2: _____, inscrita no CNPJ/MF sob Nº _____, com sede a Rua _____, neste ato representada pelo Sr. _____, RG Nº _____, CPF/MF Nº _____.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta Ata é o **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, COMPREENDENDO FORNECIMENTO, MONTAGEM, OPERAÇÃO, SUPORTE OPERACIONAL E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS NOS PRÓPRIOS PÚBLICOS ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DE ESPORTES OU EM ESPAÇOS PRIVADOS, EM EVENTOS E ATIVIDADES DE ÂMBITO ESPORTIVO, RELACIONADAS À SUA ATIVIDADE FIM E DE FOMENTO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESPORTE**, conforme exigências, quantidades estimadas e demais especificações estabelecidas no Edital e Anexos do **PREGÃO ELETRÔNICO SO/Nº 069/2.026**.

1.1.1. ITENS:

Pág. 40 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

Código	Descrição	Unidade	Qtde Max	Qtde Mín	VALOR UNITARIO	VALOR MINIMO
036.002.0001	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO TIPO A, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, ANEXO	SERV.	69,00	34,00	3.075,66	104.572,44
036.002.0002	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO TIPO B, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, ANEXO	SERV.	94,00	47,00	4.399,66	206.784,02
036.002.0003	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO TIPO C, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, ANEXO	SERV.	75,00	37,00	5.537,66	204.893,42
036.002.0004	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO TIPO D, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, ANEXO.	SERV.	1,00	0,00	58.333,33	0,00
					VALOR TOTAL MÍNIMO	516.249,88

2. <u>DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS</u>

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **01 (um) ano**, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, os quantitativos serão restabelecidos conforme planilha inicial, a ser formalizada com observância das disposições do Decreto Municipal nº 9.787/2023 e suas alterações, e da Lei Federal nº 14.133/2021, no que couber.

2.1.1. Os serviços deverão ser executados nos locais determinados pela **SECRETARIA DE ESPORTES**, de acordo com os prazos estipulados nas Ordens de Serviço.

2.1.2. A execução do objeto será a partir da emissão da ordem de início, estabelecida pela Secretaria de Obras.

2.1.3. O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração Municipal.

2.1.4. Por ocasião da prorrogação da vigência da Ata de Registro de preços, os quantitativos registrados serão restabelecidos conforme planilha inicial**.**

2.2. Os preços são os constantes da proposta apresentada no **PREGÃO ELETRÔNICO SO/ nº 069/2.026,** para Registro de Preços, cujo valor ofertado totaliza: **R$ _____ (_____).**

2.3. O Município de Barueri não será obrigado a adquirir o produto objeto desta Ata, podendo licitar quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa **DETENTORA**, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à **DETENTORA**, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

3. <u>DOS PREÇOS REGISTRADOS</u>

3.1. O(s) preço(s) a ser(em) registrado(s) na presente Ata refere(m)-se ao **<u>último lance ofertado pela empresa signatária</u>**, consoante documentação pertinente anexa.

3.1.1. Os preços são fixos e irreajustáveis pelo prazo de **12 (doze) meses**, contados da data do orçamento estimado.

3.1.2. Decorrido esse prazo, os preços poderão ser reajustados, a cada período de 12 (doze) meses, com base na variação do índice **FIPE – IPC – Índice Mensal Geral, ocorrida entre a data do orçamento estimado (I0) e o mês de aniversário do reajuste**, nos termos do art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/2021.

Pág. 41 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

3.2. A qualquer tempo, cada um dos preços registrados pode ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao órgão Gerenciador convocar os fornecedores registrados para estabelecer o novo valor.

3.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado são liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

3.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor poderá, mediante requerimento devidamente justificado, solicitar revisão dos preços e/ou solicitar o cancelamento do seu preço registrado, sendo que ambos os pedidos serão analisados pelo Órgão Gerenciador da Ata (Secretaria Requisitante) o qual poderá:

3.4.1. Liberar a **DETENTORA** do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes da solicitação de entrega.

3.4.2. Negociar com os demais fornecedores que registraram seus preços, respeitando a ordem de classificação e não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador da Ata deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

4. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1. O recebimento provisório deverá ser entregue em até 05 (cinco) dias contados a data de pagamento da medição final.

4.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

4.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e/ou Instruções exigíveis.

4.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 90(noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

5. DAS CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DAS EXECUÇÕES

5.1. As eventuais prestações de serviços serão efetuadas mediante Ordens de Serviço expedidas pela Secretaria de Obras, de acordo com as Especificações Técnicas constantes do Edital e seus Anexos do **PREGÃO ELETRÔNICO SO/Nº 069/2.026.**

Pág. 42 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

5.2. Recebida a Ordem de Serviço, a DETENTORA deverá executar os serviços na data, local e horário indicados, observada a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas prevista no item 6.5 do Termo de Referência.

5.3. Os serviços, não poderão sofrer paralisação, por mais de 24 (vinte e quatro) horas, em sua execução, sem justificativa devidamente aceita pela Administração.

5.4. Ao(s) Fornecedor(es) será facultada pedir a prorrogação de prazo, se ocorrer interrupção dos trabalhos determinados por:

5.4.1. Atos da Administração;

5.4.2. Casos fortuitos ou de força maior e

5.4.3. Más condições de tempo.

5.5. A CONTRATADA deverá estar apta a prestar os serviços de sonorização de forma simultânea, ou seja, na mesma data e horário, independentemente da quantidade de eventos atendidos.

6. MEDIÇÕES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS

6.1. Mediante requerimentos apresentados à Prefeitura pela Contratada, serão efetuadas após decurso dos respectivos períodos, as medições dos serviços prestados, desde que devidamente instruídas com a documentação necessária à verificação da respectiva medição.

6.2. O valor de cada medição será apurado com base nas quantidades dos serviços executados no período, aplicados os preços unitários propostos.

6.3. Os pagamentos observarão os seguintes critérios:

6.3.1. As medições serão apresentadas até o terceiro dia útil, após o encerramento do período;

6.3.2. O órgão competente da Prefeitura Municipal de Barueri promoverá a conferência e aprovação da medição, no prazo de até 5 (cinco) dias, contados da apresentação;

6.3.3. As faturas dos serviços prestados deverão ser emitidas no primeiro dia subsequente à medição e aprovação dos serviços efetivamente executados;

6.3.4. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a partir da liberação promovida pela Secretaria de Obras;

6.3.5. No caso de devolução das medições por inexatidão, o prazo para pagamento será contado da reapresentação e aceitação destas pela CONTRATANTE;

6.3.6. A empresa contratada deverá apresentar relatórios técnicos mensais dos serviços realizados durante o período de medição.

Pág. 43 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

6.4. Para fins de pagamento de cada medição mensal de serviços, a Contratada deverá apresentar as Certidões de Regularidade Fiscal, Trabalhista e FGTS exigidas no Edital, sob pena de retenção do respectivo pagamento, conforme autorizado pela legislação de licitações.

6.5. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente em nome da Detentora da Ata, conforme indico em sua proposta, no **Banco** _____, **Agência**_____, **Conta Corrente**_____.

7. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. Constituem obrigações da DETENTORA:

7.1.1. Cumprir, no que couber para esta execução contratual, a Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e Decreto Municipal Nº 9.375, de 19 de julho de 2021, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, em especial tomar todas as medidas cautelares para que não haja quaisquer infrações à referida Lei**.**

7.1.2. A DETENTORA não poderá ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, a execução dos serviços, conforme vedação prevista no **item 26.2** do Edital e **no item 14** do Termo de Referência, mantendo integralmente as responsabilidades assumidas.

7.1.3. Da Fiscalização Trabalhista e Prevenção de Passivos (Tema 1118/STF): A Detentora é a única e exclusiva responsável pelo pagamento pontual de todas as verbas trabalhistas, encargos previdenciários e recolhimentos de FGTS relativos aos trabalhadores alocados na execução das obras e serviços.

7.1.4. O recebimento pela Administração Municipal de qualquer notificação formal encaminhada por trabalhador, entidade sindical, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público do Trabalho ou Defensoria Pública noticiando o descumprimento de obrigações trabalhistas acarretará a imediata notificação da Contratada para comprovar a regularização ou apresentar justificativa no prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis.

7.1.5. Cumprir todas as obrigações constantes do Termo de referência, Edital e demais anexos.

7.2. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

7.2.1. Cumprir as obrigações que lhe forem atribuídas neste Contrato, no Edital, no Termo de Referência e demais anexos, assegurando as condições necessárias à regular execução do objeto.

7.2.2. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, proceder às medições e ao recebimento do objeto e efetuar os pagamentos devidos, nos prazos e condições estabelecidos neste Contrato, no Edital e seus anexos, observada a Lei Federal nº 14.133/2021.

8. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

8.1. A **Secretaria_____,** através do_____ **CPF Nº** _____, exercerá a mais ampla fiscalização da execução contratual.

Pág. 44 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

8.2. A fiscalização por parte dessa Secretaria não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, a responsabilidade da **DETENTORA** em eventual falta que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização deste Município.

8.3. A gestão do contrato, será realizada pelo servidor **_____,** **CPF Nº_____,** que acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.4. O(a) gestor(a) do contrato, tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A **DETENTORA** terá seu registro cancelado nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento as condições da Ata de Registro de Preços;

b) recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;

c) deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

d) recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;

e) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de Lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

f) por razões de interesse público.

9.2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas no **subitem 9.1,** assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do(a) Secretário(a) Requisitante.

10. DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

10.1. A **DETENTORA** poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

10.2. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento desta Ata de Registro de Preços, ou não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a afetar o fornecimento do objeto da licitação:

Pág. 45 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

a) greve geral;

b) calamidade pública;

c) interrupção dos meios de transporte;

d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais;

e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro (Lei Nº 10.406/2002).

10.2.1. Os casos enumerados nesse subitem deverão ser satisfatoriamente justificados pela **DETENTORA**.

10.3. Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado à Secretaria de Obras, em até 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência.

10.3.1. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 (vinte e quatro) horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência, como caso fortuito ou de força maior.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Pelo cometimento das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a Contratada estará sujeita às sanções de:

I. Advertência;

II. Multa;

III. Impedimento de licitar e contratar no âmbito do Município de Barueri por até 3 anos;

IV. Declaração de inidoneidade por 3 a 6 anos, cabendo recurso e pedido de reconsideração no prazo de 15 dias úteis.

11.2. A licitante que der causa à inexecução parcial do Contrato, ocasionando grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; que der causa à inexecução total do Contrato; deixar de entregar a Documentação exigida para o certame; não mantiver a Proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o Contrato ou não entregar a Documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua Proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Barueri, pelo período de até 03 (três) anos, nos termos do §4º do art. 156 da Lei nº 14.133/21 e art. 133 do Decreto Municipal nº 9.787/23 .

Pág. 46 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

11.2.1. Além da penalidade prevista no **subitem 11.2**, também ensejará à licitante a cobrança, por via administrativa ou judicial, de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total de sua Proposta.

11.2.2. As penalidades previstas nos **subitens 11.1** e **11.2** serão impostas após regular procedimento administrativo, garantido o direito prévio do contraditório e da ampla defesa.

11.3. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar, aceitar ou retirar o Contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Município de Barueri, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

11.4. O atraso injustificado na execução contratual, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art.162 da Lei nº 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 9.787/2023, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência, quando a Contratada descumprir qualquer obrigação contratual, ou quando forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha concorrido diretamente;

b) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor da fatura por dia de atraso, até o limite de 10 (dez) dias;

c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parcela do objeto contratual não executada, ou executada em desacordo com as especificações técnicas, para atraso superior a 10 (dez) dias, caracterizando-se inexecução parcial;

d) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, para casos de inexecução total;

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por 3 a 6 anos, na prática de atos de natureza dolosa pela Contratada, das quais decorram prejuízos ao interesse público de difícil reversão.

11.4.1. As sanções de advertência, **impedimento de licitar e contratar** e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa.

11.5. Não serão aplicadas as sanções quando o motivo da mora ou inexecução decorrer de força maior ou caso fortuito, desde que devidamente justificados, comprovados e aceitos pelo Contratante.

11.5.1. Consideram-se motivos de força maior ou caso fortuito: atos de inimigo público, guerra, revolução, bloqueios, epidemias, fenômenos meteorológicos de vulto, perturbações civis, ou acontecimentos assemelhados que fujam ao controle razoável de qualquer das partes contratantes.

Pág. 47 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

11.6. O pedido de prorrogação de prazo final dos serviços ou entrega de produto somente será apreciado e anuído pela Secretaria Municipal requisitante, se efetuado dentro dos prazos fixados no Contrato ou instrumento equivalente.

11.7. O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelo Contratante e/ou da garantia prestada pela empresa Contratada, quando por esta solicitado.

11.7.1. O prazo para pagamento de multas será de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação da infratora.

11.7.2. O pagamento das multas ou a dedução dos créditos não exime a Contratada do fiel cumprimento das obrigações e responsabilidades contraídas neste instrumento.

11.8. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela PREFEITURA, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

11.9. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo Contrato.

11.10. Da decisão que aplicar as sanções previstas nos incisos I, II e III do subitem 11.1 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, e da decisão que aplicar a sanção prevista no inciso IV caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, dirigidos ao Sr. Secretário de Obras.

12. DO FORO

12.1. Para a resolução de possíveis divergências entre as partes, oriundas da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Barueri, com renúncia de outros, por mais privilegiados que sejam.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. O vencimento da validade da Ata de Registro de Preços não cessará as obrigações da **DETENTORA**, de cumprir as solicitações de entrega dos produtos encaminhadas até o término da respectiva data.

13.2. O Município de Barueri não se obrigará a utilizar a Ata de Registro de Preços, se durante sua validade constatar que os preços registrados estão superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições estabelecidas no **PREGÃO ELETRÔNICO SO/Nº 069/2.026.**

13.3. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Ata, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

13.4. Fazem parte integrante desta Ata de Registro de Preços, as condições estabelecidas no Edital e Anexos do **PREGÃO ELETRÔNICO SO/Nº 069/2.026**, bem como as normas contidas na Lei Nº 14.133/21 e no Decreto Municipal Nº 9.787/2023.

Pág. 48 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

As partes e as testemunhas envolvidas neste instrumento afirmam e declaram que esse poderá ser assinado eletronicamente, com fundamento no artigo 10, parágrafo 2º da MP 2200 - 2/2001, e do artigo 6° do Decreto 10.278/2020, sendo as assinaturas consideradas válidas, vinculantes e executáveis, desde que firmadas pelos representantes legais das partes. Consigna-se no presente instrumento que a assinatura com Certificado Digital / Eletrônica tem a mesma validade jurídica de um registro e autenticação feita em cartório, seja mediante utilização de certificados e – CPF, e- CNPJ e/ ou NF- e. As partes renunciam á possibilidade de exigir a troca, envio ou entrega das vias originais (Não eletrônicas), assinadas do instrumento, bem como renunciam ao direito de recusar ou contestar a validade das assinaturas eletrônicas, na medida máxima permitida pela legislação aplicável.

Prefeitura Municipal de Barueri, _____ de _____ 2.026.

Contratante: _____
Secretário de Obras do Município de Barueri.

Contratado: _____
Representante legal da(s) empresa(s)

Testemunhas:
_____ CPF nº _____

_____ CPF nº _____

Pág. 49 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: _____
CONTRATADO: _____
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: **A.R.P.** Nº (DE ORIGEM):_____

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, COMPREENDENDO FORNECIMENTO, MONTAGEM, OPERAÇÃO, SUPORTE OPERACIONAL E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS NOS PRÓPRIOS PÚBLICOS ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DE ESPORTES OU EM ESPAÇOS PRIVADOS, EM EVENTOS E ATIVIDADES DE ÂMBITO ESPORTIVO, RELACIONADAS À SUA ATIVIDADE FIM E DE FOMENTO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESPORTE, que atendam aos requisitos mínimos a seguir especificados, bem como, aqueles constantes do Edital e seus Anexos.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (https://doe.tce.sp.gov.br/), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

Pág. 50 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:
Nome: _____
Cargo:_____
CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:
Nome: _____
Cargo:_____
CPF: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:
Pelo contratante:
Nome: _____
Cargo:_____
CPF: _____

Pela contratada:
Nome: _____
Cargo:_____
CPF: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:
Nome: _____
Cargo:_____
CPF: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:
Nome: _____
Cargo:_____
CPF: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):
Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____
Nome: _____
Cargo:_____
CPF: _____

Pág. 51 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

ANEXO III

DADOS COMPLEMENTARES PARA ASSINATURA DE INSTRUMENTO CONTRATUAL OU ATO JURÍDICO ANÁLOGO

PREGÃO ELETRÔNICO SO/Nº 069/2.026

Razão Social da empresa:_____

CNPJ:_____

Endereço:_____

Nome do representante legal da empresa que assinará o instrumento:

_____

Cargo:_____

RG:_____CPF:_____

Data de Nascimento:___/___/___

Endereço residencial completo:_____

Telefones: (____)_____

E-mail pessoal: _____

E-mail institucional: _____

Dados bancários:_____

Nome do Banco:_____Nº do Banco:_____

Agência:_____C/C:_____

Nome legível:_____

Assinatura:_____

R.G.:_____

C.P.F.:_____

Pág. 52 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

(modelo sugerido)

Eu, _____ (nome completo), R.G. e/ou C.P.F. nº _____, representante credenciado da _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____ , DECLARO, sob as penas da Lei, que a empresa cumpre plenamente as exigências e os requisitos de Habilitação previstos no instrumento convocatório do **PREGÃO ELETRÔNICO SO/Nº 069/2.026**, inexistindo qualquer fato impeditivo de sua participação neste certame.

Barueri, ____ /____ / 2.026.

Assinatura do credenciado

OBS: A declaração deverá ser digitada em papel timbrado da empresa com o carimbo onde conste o nome da empresa, endereço, e o nº do CNPJ.

Pág. 53 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(modelo sugerido)

DECLARO, sob as penas da Lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas no ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____, é **microempresa** ou **empresa de pequeno porte**, nos termos do enquadramento previsto nos incisos I e II, §§ 1º e 2º, bem como não possui quaisquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do Artigo 3º da **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**, com as alterações da Lei Complementar nº 147 de 07 de Agosto de 2014, cujos termos declaro conhecer na íntegra, **estando apta**, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate e comprovar a regularidade fiscal nos termos previstos nos Artigos 42 a 45 da referida Lei complementar, no procedimento licitatório do **PREGÃO ELETRÔNICO SO/Nº 069/2.026**, realizado pela Prefeitura Municipal de Barueri.

Barueri, ____ /____ / 2.026.

Representante legal da empresa

OBS: A declaração deverá ser digitada em papel timbrado da empresa com o carimbo onde conste o nome da empresa, endereço, e o nº do CNPJ.

Pág. 54 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE QUE TRATA O ART. 155 DA LEI Nº 14.133/2021

(modelo sugerido)

Declaramos, sob as penas da Lei, que a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº_____, localizada na _____, na data da apresentação da Proposta do **PREGÃO ELETRÔNICO SO/Nº 069/2.026**, não está impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública, nem apenada com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do Art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

Barueri, ____ /____ / 2.026

_____
Representante legal da empresa

OBS: A declaração deverá ser digitada em papel timbrado da empresa com o carimbo onde conste o nome da empresa, endereço, e o nº do CNPJ.

Pág. 55 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE QUE TRATA O ART. 7º, INC. XXXIII DA CF

(modelo sugerido)

PREGÃO ELETRÔNICO SO/Nº 069/2.026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, COMPREENDENDO FORNECIMENTO, MONTAGEM, OPERAÇÃO, SUPORTE OPERACIONAL E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS NOS PRÓPRIOS PÚBLICOS ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DE ESPORTES OU EM ESPAÇOS PRIVADOS, EM EVENTOS E ATIVIDADES DE ÂMBITO ESPORTIVO, RELACIONADAS À SUA ATIVIDADE FIM E DE FOMENTO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESPORTE, que atendam aos requisitos mínimos a seguir especificados, bem como, aqueles constantes do Edital e seus Anexos.

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a). _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº_____ DECLARA, para fins do disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal de 1988; inciso I, art. 63 da Lei nº 14.133/2021 e inciso VI, art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz.

Ressalva:
( ) emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Barueri, ____ de _____ de 2.026

_____
Representante legal/Procurador da empresa

(observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

OBS: A declaração deverá ser digitada em papel timbrado da empresa com o carimbo onde conste o nome da empresa, endereço, e o nº do CNPJ.

Pág. 56 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PROPOSTA ECONÔMICA

PREGÃO ELETRÔNICO SO/Nº 069/2.026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, COMPREENDENDO FORNECIMENTO, MONTAGEM, OPERAÇÃO, SUPORTE OPERACIONAL E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS NOS PRÓPRIOS PÚBLICOS ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DE ESPORTES OU EM ESPAÇOS PRIVADOS, EM EVENTOS E ATIVIDADES DE ÂMBITO ESPORTIVO, RELACIONADAS À SUA ATIVIDADE FIM E DE FOMENTO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESPORTE, que atendam aos requisitos mínimos a seguir especificados, bem como, aqueles constantes do Edital e seus Anexos.

A empresa _____, inscrita no CNPJ n° _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no Art. 63 § 1º da Lei Federal nº 14.133/21, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, na convenção coletiva de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Barueri, ___ de _____ de 2.026.

_____
Nome e Assinatura do representante da empresa

OBS: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s).

Pág. 57 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

ANEXO IX

MODELO DE CARTA PROPOSTA

Única via de fórmula para Proposta:

PREGÃO ELETRÔNICO SO/Nº 069/2.026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, COMPREENDENDO FORNECIMENTO, MONTAGEM, OPERAÇÃO, SUPORTE OPERACIONAL E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS NOS PRÓPRIOS PÚBLICOS ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DE ESPORTES OU EM ESPAÇOS PRIVADOS, EM EVENTOS E ATIVIDADES DE ÂMBITO ESPORTIVO, RELACIONADAS À SUA ATIVIDADE FIM E DE FOMENTO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESPORTE, que atendam aos requisitos mínimos a seguir especificados, bem como, aqueles constantes do Edital e seus Anexos.

1. ORÇAMENTO DA PREFEITURA - R$ 1.099.446,41 (um milhão, noventa e nove mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e quarenta e um centavos).

1.1. Que o valor total de sua Proposta é de R$ _____ (_____).

2. O prazo de execução do(s) serviço(s) conforme Edital.

Nos termos do Edital da Licitação supra, o signatário apresenta Proposta e devida Planilha, para execução do objeto referido, declarando:

3. Que o prazo de validade da Proposta é de no mínimo 60 (sessenta) dias, contado a partir da data de sua apresentação, podendo ser prorrogado por acordo das partes.

4. Que, por ser do seu conhecimento, submete-se a todas as cláusulas e condições do Edital relativo à licitação supra, bem como as disposições da legislação em vigor.

Barueri, ____de _____de 2.026

Pág. 58 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

ANEXO X

DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

1. É vedada às Partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução do Contrato para finalidade distinta daquela prevista em seu objeto, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução do objeto deste Contrato, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 e Decreto nº 9.375/2021, sendo vedado o repasse das informações a outras pessoas físicas ou jurídicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do Contrato.

3. A Parte que der causa responde administrativa e judicialmente pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução do objeto deste Contrato, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

4. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados e no Decreto Municipal, as partes, para a execução do serviço objeto deste Contrato, têm acesso a dados pessoais de seus representantes, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, dentre outros.

5. As Partes declaram que têm ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e do Decreto Municipal, se comprometendo a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados entre si.

6. As Partes ficam obrigadas a comunicar um(ns) ao(s) outro(s) em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito que possa vir a impactar e/ou afetar as partes convenentes, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

Pág. 59 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

ANEXO XI
MEMORIAL DESCRITIVO
(FORNECIDA EM ARQUIVO ELETRÔNICO)

ANEXO XII
PREÇO REFERENCIAL E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DA SECRETARIA DE OBRAS
(FORNECIDA EM ARQUIVO ELETRÔNICO)

ANEXO XIII
TERMO DE REFERÊNCIA
(FORNECIDA EM ARQUIVO ELETRÔNICO)

ANEXO XIII
TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I – DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA
(FORNECIDA EM ARQUIVO ELETRÔNICO)

ANEXO XIII
TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA SOBRE VISITA TÉCNICA
(FORNECIDA EM ARQUIVO ELETRÔNICO)

ANEXO XIII
TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO IV – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE
(FORNECIDA EM ARQUIVO ELETRÔNICO)

ANEXO XIV
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO
(FORNECIDA EM ARQUIVO ELETRÔNICO)

ANEXO XV
PLANILHA DE QUANTIDADES MÁXIMAS E MÍNIMAS
(FORNECIDA EM ARQUIVO ELETRÔNICO)

Pág. 60 de 60 - Documento assinado digitalmente por ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (16/11/26).
Para conferência, acesse o site URL e informe o código CODIGO.

Assinaturas do documento

"Edital_-_PREGÃO_ELETRÔNICO_00069_2026"

Código para verificação:**L6BN93SX**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatáriosnas datas indicadas:

ROSANGELA SANTOS DIAS MARTINS (CPF: ***.247.258-**)em16/11/2026 às 10:19:37 (GMT-03:00)
Emitido por"SolarBPM",emitido em23/07/2025 - 09:37:00e válido até23/07/2028 - 09:37:00.
(Assinatura do Sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link https://solarbpm.barueri.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e o código **L6BN93SX** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.